N.º 4 — 27 de Março de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

A IDEIA NACIONAL

desejando fazer um inquerito á administração republicana local, em todo o paiz, inaugura hoje esse inquerito com um artigo sobre as tranquibernias dos republicanos do Porto.

Esse artigo que se intitula

Os donos do Porto

é o primeiro da serie que o nosso collega de redacção Sr. Victor Falcão, que ha dias partiu para aquella cidade com o fim de estudar de perto esse momentoso assumpto, vae publicar n'A IDEIA NACIONAL.

Desde já pedimos aos nossos amigos de todo o paiz que nos enviem elementos para esse estudo, relatando-nos as iniquidades, delapidações e crimes que porventura hajam praticado nas differentes localidades onde residem, os partidarios do regimen abjecto.

Recommendamos-lhes a maxima imparcialidade e veracidade nas informações que nos forneçam e que o enviado especial d'**A IDEIA NACIONAL** irá pessoalmente verificar.

Trata-se d'uma obra de saneamento, que seria imperdoavel não se fazer desde já. Como não receamos represalias nem vinganças, porque n'esta casa não se conhece o medo, desde já promettemos desfiar todo esse horroroso rosario de crimes individuaes e collectivos praticados durante quatro annos de Republica por esse paiz fóra.

Diremos só a verdade, mas diremos toda a verdade.

N.º 4 27 de Março de 1915 ANNO I.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas — AVEIRO. Escriptorio em Lisboa — R. da Emenda, 30.

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão
Conselheiro Ayres de Ornellas
Homem Christo (CARTAS DE LONGE)
Conselheiro Luiz de Magalhães
Lord Henry (PHILOSOPHIA POLITICA)
Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
João do Amaral (O MEU DIARIO)
Conde de Sabugosa
Lourenço Cayolla (QUESTÕES COLONIAES)
Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
Rocha Martins
Conselheiro Anselmo Vieira (QUESTÕES FINANCEIRAS)
Alberto Pinheiro Torres (QUESTÕES RELIGIOSAS)
G. Jean Aubry (QUESTÕES ESTRANGEIRAS)
Victor Falcão (NOTAS POLITICAS)

Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao DIRECTOR. Cada exemp. d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis.

REVISTA POLITICA

"Abaixo o dictador!
A dictadura de João Franco acabou a tiros de carabina no Terreiro do Paço, na tarde de 1 de Fevereiro de 1908.
A dictadura de Pimenta de Castro onde, quando e como acabará?
Onde, quando e como o Povo quizer.„

—

"A sua acção degrada, amesquinha, avilta a civilisação do nosso tempo. Se este povo, em vesperas, aliás, d'uma ressurreição, não estivesse no abatimento secular em que se encontra, já ha muito que o estadista desastrado teria sido executado na praça publica.—*Antonio José d'Almeida.*

d'*O Povo* de 22 e 23 de Março.

A toda a largura do jornal, no mais grosso normando da casa para impressionar bem os leitores, publicava ha dias *O Povo,* orgão da formiga branca, orgão do snr. Affonso Costa, estas palavras eloquentes. E todos os dias, na mesma disposição e em caracteres semelhantes, tanto *O Mundo* e *O Povo* em Lisboa, como *A Montanha* e *O Norte* no Porto, incitam os seus partidarios, da forma mais cathegorica, ao attentado pessoal, ao assassinato do snr. general Pimenta de Castro, á revolução.

Toda a gente sabe que em Lisboa e no Porto se fabricam bombas, se introduzem armas, se preparam attentados, se organisam *complots* contra o governo actual e contra os monarchicos, contra officiaes do exercito conhecidos, contra o snr. Machado dos Santos e os seus amigos que apezar dos seus erros passados teem sido os unicos a apoia-

rem sem reticencias o governo do snr. Pimenta de Castro. Toda a gente sabe que em todo o paiz se conspira sem descanso, que se introduzem nos quarteis manifestos subversivos, que se procura incompatibilisar a classe dos sargentos com os seus superiores e lançar de novo na mais pavorosa desordem, na mais horrivel anarchia, este paiz generoso e bom que os quadrilheiros republicanos transformaram, como muito bem disse o snr. Presidente do ministerio, n'uma verdadeira terra de cafres.

Pois em face de palavras e factos tão graves, as auctoridades não procedem, não investigam, não prendem os criminosos, não demittem os perturbadores da ordem publica dos rendosos logares que occupam. Prova-se que as balas que mataram o deputado Henrique Cardoso partiram das janellas do directorio do partido democratico e o snr. João Eloy, que ainda desempenha as funcções de director da policia de investigação criminal, não descobre os auctores do attentado, como não descobre quem foram os assassinos de Ramiro Pinto e do sargento Pereira, como não descobre onde se fabricam bombas nem onde são os centros da *formiga*. Já se viu tamanha inepcia, tamanha fraqueza ou tão vergonhosa cumplicidade? Não nos móve contra o snr. João Eloy odio ou rancor pessoal de qualquer sorte. Não esquecemos os aggravos que d'elle recebemos no anno de 1914, quando mandou apprehender *A Restauração* trinta vezes no espaço de tres mezes. Não esquecemos as perseguições odiosas que elle moveu no Porto, em companhia do carbonario Caldeira Scevola e outras ignobeis creaturas, contra alguns dos homens mais illustres do partido monarchico. Não esquecemos, emfim, que o snr. João Eloy foi sempre considerado um elemento affecto aos democraticos, amigo intimo do poltrão Affonso Costa, executor fiel das imposições da carbonaria. Mas se o director da policia de investigação criminal cumprisse agora integralmente o seu dever, da nossa bocca não sahiria uma palavra a relembrar as suas faltas passadas, porque não nos movem, repetimos, intuitos de vingança pessoal mas apenas o desejo sincero de que se faça justiça, se restabeleça a legalidade e se liberte este paiz do bando de faccinoras que, com o applauso dos po-

deres publicos, ha quatro annos veem comettendo impunemente toda a sorte de crimes.

A verdade, porém, é que o snr. João Eloy, cujas responsabilidades são gravissimas, não está cumprindo o seu dever. Ou seja fraqueza, ou seja inepcia, ou seja cumplicidade, o certo é que a policia de investigação nada tem feito para descobrir o que toda a gente vê, o que toda a gente ouve, o que toda a gente sabe. E como podia ser d'outra forma se o ex-agente Murtinheira, que se notabilisou pelo seu odio feroz aos inimigos do snr. Affonso Costa, pelas perseguições aos monarchicos, pelas mais torpes invenções contra nós todos, como podia ser d'outra forma se esse miseravel calumniador e trapaceiro é um dos chefes da policia que o snr. João Eloy superiormente dirige? Como podem ser bem executadas as diligencias que o snr. João Eloy ordena — se as ordena — desde que é o Murtinheira quem as executa? Então o mesmo homem que inventa as peores infamias contra os monarchicos, os seus inimigos, não é capaz de encobrir todos os crimes dos *formigas*, os seus amigos? Pode-se acreditar que o Murtinheira — o Murtinheira! — não advirta os bandidos que constituem o partido dos Affonso Costa, Derouet, França Borges e quejandos patifes, das diligencias que vão realisar-se para descobrir as suas criminosas manobras?

Oh santa ingenuidade!

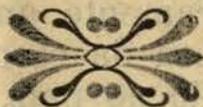
De maneira que a questão põe-se n'estes termos: ou o director da policia de investigação está trahindo o governo ou o Murtinheira e consocios estão trahindo o director da policia de investigação. O paiz precisa de saber qual d'estes dois factos se dá e o snr. Presidente do Ministerio, que parece sinceramente animado do desejo de limpar a sociedade portugueza da escoria que a deshonra, precisa de dar esta satisfação ao paiz.

O normando d'*O Povo*, orgão do partido democratico, é um symptoma caracteristico da atmosphera que se está procurando crear e dos crimes que se estão preparando na sombra. Entramos novamente no periodo dos *complots* e dos torpes assassinatos. Os sicarios que durante os primeiros dias do governo Pimenta de Castro se conservaram

quietos, tremendo de medo, preparam-se outra vez para o assalto das nossas propriedades e das nossas vidas. O nosso dever de patriotas e de amigos da ordem, o nosso dever de portuguezes que vêem a sua terra ameaçada por perigos gravissimos, é chamar para este facto a attenção do governo e a attenção do paiz. Por nós, pessoalmente, nada receiamos, nada tememos, e já de sobra o provámos. Luctaremos pacificamente, dentro da lei, pelos nossos principios e pelo bem da nossa Patria, emquanto a Lei fôr respeitada e o nosso direito garantido. Luctaremos de rewolver na mão, e emquanto nos restarem forças para o manejar, — no dia em que a Lei fôr dictada pelas balas.

Philosophia Politica

POR

LORD HENRY

Mandar e obedecer

Contava a *Ideia Nacional,* no seu 2.º numero, que muitas pessoas, alvoroçadamente, buscam saber quem é a creatura que, afivelando a mascara de uma personagem celebre de uma não menos celebre obra de um dos maiores espiritos estheticos da Inglaterra, n'este lugar e n'esta secção que exclusivamente lhe pertence, faz as affirmações de theoria politica que o leitor, benevolamente, tem encontrado. Entendo que não ha necessidade alguma de arrancar a mascara, nem para o leitor impaciente de curiosidade, nem para a leitora enervada pela intriga, nem para os indifferentes. A doutrina aqui exposta e que eu sei corresponder a uma forte corrente de opinião, sugerida na sua maxima força pelos ensinamentos da experiencia, esta doutrina é que conta: e a creatura que a assigna, estando desde a primeira hora disposta a assumir integralmente a responsabilidade das suas affirmações, é, todavia, para o ponto de vista que tenho em mira, pouca coisa, talvez nada. De sorte que melhor será que o leitor curioso e a leitora intrigada ponham de parte a ideia da descoberta em que andam empenhados, e continuem a dar-me a honra da sua attenção, mais lhes agradecendo eu a meditação que dediquem ao que lhes digo, do que os applausos que projectassem formular á pessoa que lhes fala.

E continuemos a doutrinar...

Grave erro se praticou quando se creou, na multidão humana, rebanho primitivo, cheia de impulsos e de instinctos, por muitas doses de civilisação que a envolvam, a illusoria consciencia de uma geral capacidade para todas as funcções, e de um legitimo poder para a conquista d'essa capacidade. Quem levou ao espirito d'essa multidão, a ideia de que ella era tudo, praticou um erro imperdoavel, manifestando assim um completo desconhecimento das lições da Historia, e da missão que compete aos

variados valores que constituem a sociedade em geral. E' hoje banal, á força de reconhecida, a affirmação de que a Revolução franceza é a fonte de todos ou quasi todos os vicios de que enferma o mundo contemporaneo, e a razão fundamental da crise da Ordem que se observa muito principalmente na Europa. Porque as competencias são deseguaes, como deseguaes são as capacidades; porque as almas são differentes, como são differentes os espiritos; porque as raças são diversas, como diversos são os climas; porque os povos são dissemilhantes, como dissemilhantes são as condições geographicas — succede que ha individuos e povos destinados a mandar, e ha individuos e povos destinados a obedecer. Não nos move, agora, o proposito de discutir a missão dos povos, mas desejamos tratar a missão dos individuos, pelo que afastamos aquella para occasião mais opportuna. Se o Destino dos homens indicou a uns o mando e a outros a obediencia, o arbitrio dos homens desvirtuou as tendencias d'esse Destino, e levou ás intelligencias, ainda as mais frageis, e aos sentimentos ainda os mais atrazados, a convicção de que todos nasceram para mandar, e ninguem para obedecer — ou melhor de que a todos é possivel a capacidade de mandar. E então ninguem pensou em ensinar principios de obediencia, e formular regras de bem obedecer. Antes toda a gente desatou a ensinar a conquista do mando — pondo, sempre, de parte, a ideia da obediencia. Augusto Comte ensinou um dia que só bem sabia mandar, quem bem apprendera a obedecer. Dentre as suas muito luminosas formulas que muito convinha codificar, poucas têm o alcance que tem essa que acabamos de transcrever. E' certo que a obediencia é a melhor escola do mando, pelo que antes de ensinarmos o povo a mandar, e de lhe dizermos que tem que mandar e ha-de mandar, melhor andariamos se o ensinassemos a obedecer, e lhe dissessemos que tem que obedecer e ha-de obedecer. Porque tambem a obediencia precisa de ser ensinada. Pois que saber obedecer não é, como muita gente suppõe, tarefa deveras facil. Começa por que toda a obediencia que não é voluntaria, consciente, reflectida — é uma obediencia inferior, negativa e nefasta a quem obedece e a quem manda. A funcção da obediencia não é uma funcção meramente passiva: é-o no boi que supporta a nora, no cão que teme a chibata, no cavallo que receia o freio, na fera que se acobarda perante o domador. Mas o homem é o homem — por muito animal que seja a sua origem, está n'uma escala superior, e se não tem faculdades especificas, tem no entretanto, as faculdades que pertencem a todos os animaes, em tão avultado grau de intensidade, desenvolvimento e aperfeiçoamento, que bem se lhe pode perdoar que se considere differente da natureza. A obediencia no homem não deve ser a

passividade obediente do animal, nem a submissão rancorosa do escravo. A obediencia no homem deve ser o reconhecimento consciente de que as suas funcções são aquellas que a sua capacidade e a sua competencia lhe determinam, e não aquellas que o seu juizo errado lhe possa indicar. O doente que se sujeita ás prescripções, ainda as mais dolorosas, do medico, porque sente que deve obedecer para a conquista da sua saude, é um exemplo magnifico do que deva ser a obediencia no homem. Quando eu chamo um professor para me ensinar o que não sei e não posso apprender sem o auxilio de um professor, submetto-me gostosamente ás suas ordens, e procuro ser o mais applicado possivel, captando, assim, a sympathia e o carinho de quem me ensina. Quando o soldado, na guerra, abdica conscientemente da sua vontade, para obedecer sem discutir ás ordens do official, e este faz o mesmo perante as ordens do Estado maior — comprehendem perfeitamente a missão da obediencia, e nobilitam-na singularmente. Depois ha a notar que é difficil que um homem limite a sua vida á obediencia. Ha sempre momentos em que o poder é exercido até por aquelles que mais se julgam fadados a só obedecer: porque eu posso ter de obedecer em uma das duas funcções da minha vida, e posso ter que mandar n'outra ou n'outras funcções que tambem á minha vida pertençam. A familia bem constituida é o exemplo da coexistencia, no mesmo individuo, das duas missões: nem a mulher obedece sempre, nem o homem manda sempre. E é do reconhecimento d'esta verdade que decorre a harmonia domestica. Esta doutrina é salutar — razão mais que sufficiente para que d'ella andemos afastados, n'uma anarchica inversão de funcções, nunca sabendo a gente com quem tem que contar. O espectaculo que o mundo dá, que nós damos todos é o triste espectaculo que dá um aggregado de loucos: todos queremos mandar. Repugna-nos a disciplina, repugna-nos a hierarchia, como se fosse possivel o Progresso sem disciplina, sem ordem e sem hierarchia. E porque todos queremos mandar, é que ás vezes ha a necessidade imprescindivel de se impôr á força a disciplina, e se fazer manter á força o respeito da ordem, e de se definir á força a manutenção da hierarchia. As dictaduras militares, com as suas asperezas, não são phenomenos de geração expontanea: são acontecimentos largamente condicionados, e laboriosamente gerados em periodos dolorosos de anarchia e desordem. Tanto penetrou já no consenso unanime dos povos, a ideia de que se é tanto mais livre quanto mais desordeiro — que Lord Henry, no que diz e escreve, porisso mesmo que diz e escreve o contrario ou coisas differentes das que andam n'esse consenso unanime, é tido e havido por feroz reaccionario. E todavia reaccionario não somos, no sen-

tido vulgar e pervertido da palavra. Não somos reaccionario, não! Somos simplesmente uma creatura que vê que *isto* vae mal, e que, portanto, entende, que é preciso modificar o que arrastou *isto* para o mal. Ora se nós todos nos decidissemos a esta coisa simples e facil de procurarmos saber aquillo em que temos competencia para mandar, e aquillo em que só nos é possivel obedecer — *isto* andaria melhor, passaria a andar melhor. Ha homens cultos e homens ignorantes; homens educados e homens malcreados; ha homens habeis e homens inhabeis; ha experientes e inexperientes; ha intelligentes e ha estupidos. Para que havemos de persistir em attribuir a todos as mesmas funcções, e não havemos antes de as classificarmos segundo a competencia de cada um, segundo a capacidade de cada um — entrando cada um na esphera que lhe pertence?

Lord. Henry

Bilhete a Lady Hetty:

My Lady: — Acertou. E Santo Antonio guiou a sua carta até mim, no que me deu muito prazer, não sabendo eu se devo agradecer-lhe, My Lady, a sua gentileza em me escrever, se devo agradecer a Santo Antonio, cuja interferencia muito casualmente descobri, o ter-me trazido a sua carta. O melhor é agradecer a ambos. Só não lhe perdôo, My Lady, o não me ter falado, no dia em que me viu e ouviu (sabe bem onde foi, não é assim?), pois que para pagar a felicidade da sua descoberta, muito gosto teria em poisar nas suas mãos a orchídea roxa e branca que, em sua intenção, levei, n'essa noite em que o meu desdem chegou a commover-se. Dê-me as suas noticias, sim? Queria dar-lhe uns livros. Indique-me a maneira de lh'os fazer chegar ás mãos, se não receia a minha fleugma impertinente. Beijo-lhe as mãos.

L. H.

Questões do dia

POR

VICTOR FALCÃO

Os donos do Porto

Têm razão aquelles que chamam ao Porto «uma grande aldeia». Têm razão. A segunda cidade do paiz, commercial, intensamente commercial, possuindo uma população avultada com desesperados habitos de trabalho, ostentando uma historia bella que revela o seu ardente e peregrino amor pela liberdade, tem hoje o mesmo aspecto que tinha ha meia duzia d'annos, escancára agora ao publico a mesma falta de progresso que foi, sempre, em todos os tempos, a sua caracteristica principal. Excepção feita das prodigiosas manifestações de actividade mercantil, inveterada n'esta gente soffredora e boa, nada aqui se encontra que possa provar ás creaturas que prescrutarem a vida portuense a ancia commum, instinctiva em todos os povos amantes da sua terra, de a tornar grandiosa e imponente, deslumbradora e sem egual. Não se deitam ruas abaixo, não se modernisa a cidade, não se modifica a architectura desegual e inesthetica dos predios que se conservam de pé nas mais concorridas e mais accessiveis arterias publicas, não se ampliam nem melhoram os serviços de illuminação, não se faz nada, absolutamente nada, pelo bem geral, prejudicado sempre, amachucado sempre, sem rebuço, com o maior descaro, por meia duzia de cavalheiros de industria que no tempo da Monarchia se diziam com a maior hypocrisia os fiscaes dos interesses populares e agora, na vigencia accidentada da Republica, donos e senhores de tudo isto, de posse da administração municipal, dominando, como têm dominado as altas espheras officiaes, outro trabalho não produzem que não seja calar os gemidos da clientela esfomeada e viverem, elles proprios,—os moralistas!—o mais commodamente possivel, sem afflicções, sem embaraços financeiros, uma

vida cheia de ripanço que contraste com a sua difficil e complicada vida d'outros tempos...

Antes de 5 d'Outubro de 1910, quem lesse as gazetas republiqueiras d'esta cidade infortunada, convencer-se-hia de que as camaras descuravam criminosamente os interesses dos municipes para tratarem sem escrupulos e exclusivamente da defeza á *outrance* das instituições monarchicas. Todos se recordam, sem duvida, das campanhas formidaveis, violentas, persistentes, que certos jornalistas affeiçoados ás ideias avançadas aqui realisaram, secundados sempre pelo povo simultaneamente ingenuo e desconfiado, contra algumas das mais brilhantes figuras portuenses dos partidos conservadores que então existiam. Esses jornalistas berravam como possessos contra o que elles chamavam a *immoralidade administrativa das monarchias* e garantiam que as edilidades da segunda cidade do paiz se limitavam a fazer politica anti-republicana e menospresavam constantemente os desejos e os direitos bem conhecidos dos seus administrados. Foi assim, por meio d'essas campanhas, que certos espertalhões conseguiram republicanisar o Porto. Foi assim, faltando á verdade, deturpando os factos, calumniando a cada hora os seus inimigos politicos, que certos cavalheiros de industria grangearam, como queriam, uma espantosa aura de popularidade. Foi assim, pela mentira, pela hypocrisia, pelo insulto, que a Republica foi feita em Portugal, para castigo dos loucos que, como nós, julgavam que o povo, abrindo os olhos, observando e conhecendo a desvergonha e a inepcia dos seus Affonsos e dos seus Camachos, feita a Republica correria com elles desde logo a pontapés e chamaria, para dirigi-lo, os raros homens de bem, os raros homens de talento, theoricos e patriotas, que persistiam em viver afastados dos partidos dynasticos realmente decadentes.

Hoje sabe-se já, averiguou-se já, que essas campanhas e essa propaganda, orientadas superiormente por um grupelho de bachareis bestas e de bachareis patifes, que fizeram sempre finca-pé n'uma turba-multa de malandros sem eira nem beira—a malta desenfreada dos exploradores a quem a Monarchia não quiz dar um osso a roer—não tinham fundamento, nem se justificavam, e que não passavam de miseraveis *trucs* de bandidos disfarçados, de verdadeiros e habilidosos actos de *chantage* preparados com methodo e com paciencia, que obtiveram um exito notavel devido á psychologia singularissima do nosso povo. Os chamados caudilhos republicanos importavam-se tanto, com raras excepções, com os interesses da patria, como um rufia se importa com a marcha rapida da tuberculose que corroe o organismo da prostituta que o sustenta.

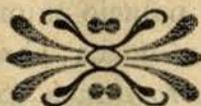
O que elles queriam — os larapios! — era metter as mãos á vontade, soffregamente, repetidas vezes, nos cofres publicos para fazerem uma vida de nababos, para compensarem n'um ápice a fome que passavam ha muitos annos, para deslumbrarem os amigalhotes que nas pharmacias provincianas e á hora solemne em que faziam a sua partida de gamão, lhes chamavam *mancebos esperançosos*... O que elles queriam era aviltar e amesquinhar a terra portugueza realizando a serie de porcarias e de infamias que vae desde a questão de Ambaca até á celebre questão do Leandro, o incendiario da Magdalena, restituido á liberdade contra a lettra expressa da lei, simplesmente porque um ministro subserviente se pôz de cócoras perante as sollicitações diplomaticas da Hespanha. O que elles queriam era perseguir, insultar, prender, matar, impunemente, cobardemente, os seus adversarios politicos com valor intellectual, com prestigio no paiz, receiosos de que, d'um momento para o outro, esses homens lhes arrancassem a mascara e lhes escarrassem na cara. Era isto, só isto, o que *elles* queriam todos — os de Lisboa, os de Alcochete, os de Beja, os do Porto...

*
* *

Os donos do Porto! Os donos do Porto...

Os donos do Porto foram sempre elles, esses bachareis bestas e esses bachareis patifes, sabujos da peior especie que se prestaram sempre ás exigencias deshonestas de tres ou quatro mariolas que desejavam fazer negociatas á custa das vereações monarchicas do Porto. *Os donos do Porto* foram sempre esses biltres que, por cem mil reis emprestados sob a condição de serem restituidos após a implantação da Republica, exploravam a ignorancia do povo, agitando-o, revolucionando-o, tornando-o preverso, sempre que d'essa agitação, d'essa revolução, d'essa preversidade, podesse resultar um beneficio para o varão calculista que havia emprestado os cem mil reis. *Os donos do Porto* foram — até 5 d'Outubro de 1910 — uma cambada de malandros e de cretinos que, fingindo querer exercer uma acção moralisadora pela propaganda politica, se serviam d'essa propaganda politica para recheiarem os bolsos de dinheiro e para tentarem affastar do palacio municipal os homens de bem que não queriam metter-lhes pela bocca abaixo cartuchos de moedas de cinco tostões. *Os donos do Porto* nunca foram monarchicos. Foram, são, serão sempre republicanos, porque para elles Republica é synonimo de banditismo, de rapinagem, de podridão, de infamia, e só pelo banditismo,

pela rapinagem, pela podridão, pela infamia, essa gente consegue ser alguma coisa n'este desventurado paiz de parvos, de cegos, de dementes, que é preciso salvar a todo o transe da morte proxima e ingloria.

Que têem feito elles depois da implantação do novo regimen? Onde, como, quando é que provaram o seu amôr pela capital do norte? Não o podem fazer? Não estão de posse de tudo? Não mandam em tudo? Que lhes falta para provarem que não mentiam quando promettiam nos comicios o ceu e a terra, o bacalhau a pataco e a vida individual prolongada? Que precisam fazer os contribuintes benevolos para obterem d'essa malta a realização de um grande melhoramento? Dar-lhes mais dinheiro? Erguer-lhes uma serie de estatuas? Charmar-lhes homens de bem? Chamar-lhes o que elles não são? Ah! *donos do Porto, donos do Porto,* vocês ainda não são bem conhecidos. Mas eu prometto —prometto e cumpro a promessa—dizer ao publico o que vós sois, o que vós tendes feito. Sorris? Estaes já pensando em recomeçar as calumnias, as infamias, as injurias por via das *folhas de couve* que servem os vossos interesses? Ah! pobres diabos, pobres diabos, como vos enganaes na porta! Vereis. Como vos enganaes na porta!

Cartas de Longe

POR

HOMEM CHRISTO

O Ensino da Historia

A simplicidade de costumes é muito maior aqui do que em Portugal. Este povo é muito menos pretencioso do que esse. E assim se explica que o primeiro sargento se sujeite a andar sem collarinho e que o homem das classes mais elevadas envergue sem reluctancia a farda desageitada que o converte n'um *borjeço.*

Só depois de vir a França uma segunda vez; de permanecer aqui largo tempo, pois sem isto só adquirem ideias falsas, mesmo os que são dados ao estudo, quanto mais os outros; d'analysar sem prevenções nem preoccupações de qualquer ordem; d'olhar com olhos de ver, é que eu comprehendi o espanto com que Poinsard se refere á nossa *fidalgia.*

Léon Poinsard escreveu, como se sabe, um trabalho excellente, a que poz o titulo: *Le Portugal Inconnu.* E' a coisa mais profunda e completa que se tem escripto sobre essa terra ha muitos annos. Escreveu-a a um francez, ó vergonha! E nós a chamarmos aos francezes *superficiaes* a toda a hora, ó petulancia atrevida!

Na primeira parte d'essa obra, — *Paysans, Marins et Mineurs* — Poinsard diz, referindo-se aos nossos costumes contemporaneos, verdades como punhos. E não só sobre os costumes contemporaneos, di-las sobre tudo. E' um trabalho perfeito, onde não encontro uma só *falha.* De resto, a decantada ignorancia da França sobre Portugal não passa d'um dos nossos muitos exaggeros. E' claro que o vulgo não tem noções claras das coisas portuguezas, como as não tem o vulgo allemão, italiano, hespanhol, russo ou inglez. Como as não tem, sobre qualquer d'estes paizes, a enorme maioria dos nossos portuguezes. Mas nunca encontrei um unico francez,

ainda o mais humilde, que commettesse o erro crasso e grosseiro, ahi tão apregoado, de confundir Portugal com uma provincia de Hespanha. E nos homens superiores conheci alguns com mais erudição e sciencia sobre a minha terra que a quasi totalidade dos homens cultos portuguezes.

Ouvi na Sorbonne prelecções magistraes sobre coisas portuguezas. Com uma elevação, um espirito de critica, uma profundeza, um escrupulo, que talvez nenhum professor, hoje, seja ahi capaz de possuir. Ouvi um professor de lyceu, no lyceu d'uma pequena cidade de provincia, explicar aos seus alumnos a parte gloriosa da nossa historia relativa ás viagens, descobertas e emprehendimentos maritimos, d'uma forma magnifica. Com tanta justeza e com tanta justiça, que não pude deixar d'observar a mim proprio: que ventura, se tivessemos professores d'estes, extrangeiros, a ensinar entre nós historia portugueza!

E' verdade, meus senhores, que ventura, se fossem extrangeiros que ensinassem em Portugal historia portugueza! Não fariam como um cavalheiro que eu conheci, o qual abatia D. João I deante dos seus alumnos, o reduzia a zero, lhe chamava *pulha*, sem rodeios, porque D. João I não repellira o projecto que formulara Alvaro Paes de o casar com Leonor Telles! Esse facto está registado no *Povo de Aveiro*, onde eu escrevi contra elle, n'essa occasião, ha de haver nove annos, eloquentes artigos de protesto. Não tenho presente a collecção d'esse periodico. Mas os artigos intitulavam-se, se me não engano, *O Ensino da Historia*. Foi uma serie d'elles, onde eu punha em confronto o desprezo a que se votava o ensino da historia entre nós com o interesse de que o cercavam no extrangeiro. Exemplificava com varios casos da Inglaterra e da Allemanha. Sobretudo da Allemanha, onde o ensino da historia foi o melhor estimulante para a sua exaltação patriotica dos ultimos cem annos. Referia-me ao Japão, que seguiu a mesma senda para a sua admiravel renascença. Citava livros adoptados e processos. Dizia que o espirito patriotico dominava cá fóra *todo o ensino*, pois que até nos cursos de litteratura, de linguas, de geographia, etc, se versavam os assumptos patrioticos de preferencia. E quiz o acaso que um inglez, que ensina a sua lingua em Biarritz, onde abundam, como se sabe, os inglezes, viesse ainda ha oito dias, com um rapaz nosso compatriota por quem me interesso, em auxilio d'aquillo que eu tinha dito.

Esse professor deu ao alumno, no domingo passado, um novo livro. Justamente um dos livros que eu tinha analysado nos meus artigos! E mandou-lhe decorar, n'esse livro, para recitação, duas poesias. Justamente duas poesia patrioticas — *Rule Britannia* e *The Charge of light Brigad* — a que eu, detalhadamente, me tinha referido!

Já lá vão nove annos, repito. Não tenho commigo a collecção do *Povo de Aveiro*, outra vez o digo. Mas a minha memoria é boa. Não me engano, apesar do tempo decorrido.

Em França, os exercicios, *devoirs*, còmo lhes chamam, são continuos. Ou se trate de latim, grego e francez, ou se trate de inglez e allemão, seja geographia, historia, physica, chimica, algebra ou geometria. Aqui, o ensino não tem valor nenhum se não fôr acompanhado d'experiencias e estudos dos modelos, nas sciencias naturaes, e d'exercios repetidissimos. Hei de me referir a isso, no seguimento d'estas cartas, com largueza. Mas eis desde já dois modelos curiosos.

Um professor de *seconde*, classe que corresponde ahi ao nosso quinto anno, dá para exercicio, na sua aula de francez:

«Os habitantes de uma localidade alsaciana quizeram levantar um monumento aos mortos francezes de 1870. Não chegaram a completa-lo. Comtudo, lá ficou o gallo, symbolo da patria franceza. Agora passa por alli um soldado, adormece ao pé do monumento e acorda com o cantar do gallo, que, por seu turno, desperta do seu longo somno de 44 annos, e que, ao romper d'uma nova aurora, bate as azas fortemente.

O que cantou o gallo?

E que influencia exerceu esse canto no animo do combatente?»

Como se vê, um thema patriotico. Nota interessante: um dos alumnos interpretou o canto do gallo por um hymno de dôr e de esperança. Dôr pelo passado, esperança no porvir. E no desenvolvimento d'esta these, falou do *despotismo sem nome* e da... *tyrannie effroyable* da Allemanha. Aqui, o professor escreveu á margem, corrigindo: — *pas d'exagération!*

Que dizem a isto esses republicanos, para quem é um *acto de traição* a mais infima palavra a favor da Allemanha? E certos monarchicos, que nutrem odio fundo pela França, intolerantes, intrataveis, ferozes, só porque a França... *é republicana?*

Ha momentos em que a estupidez d'essa terra, sem que se possa dizer *pas d'exagération*, mette horror!

Um outro thema patriotico, na mesma aula e com o mesmo professor. «Era em 1855, nas trincheiras em volta de Sebastopol. Esperava-se um ataque do inimigo. Dois jovens officiaes conversavam, recordando-se das suas lições na classe e em especial da explicação do Cid, por um dos seus professores. Ao principio falavam em voz baixa; mas insensivelmente foram-se animando e começaram a recitar em voz mais alta varios trechos do poeta. Os soldados foram-se approximando e escutavam. N'isto, e quando um dos officiaes acabava de recitar com maior enthusiasmo, as

cornetas tocam *a carregar*, e, sob a inspiração dos bellos versos que acabavam d'ouvir, os soldados distinguem-se pelo seu *élan* e pela sua coragem.

Que versos seriam esses?

Que trechos teriam recitado esses officiaes?»

E, por baixo:

Lectures d'Histoire de France: Guerre de Crimée. Littérature: Corneille.

Aqui é que eu queria ver a besta do França Borges, a besta do Derouet, e até a besta do Ligorio. Não davam uma para dentro. E, comtudo, se essas bestas soubessem historia, e interpreta-la devidamente, e outras bestas como elles, se conhecessem o *Cid*, e tantas obras primas do genio humano, como seria mais feliz o nosso pobre Portugal!

N'um outro estabelecimento, que não faltam aqui casas d'instrucção, ouvi um professor, conhecido pelas suas idéas anarchistas, preleccionar aos alumnos sobre a *renascença*. Naturalmente, foi ironico com a monarchia... *du bon plaisir*. Francisco I, como todo o mundo sabe, excepto a *Formiga*, será inutil accrescentar, e formiga branca, côr de rosa, azul, verde ou encarnada, é esse paiz quasi todo, escrevia por baixo das ordenanças, com o seu espirito absolutista e imperioso: *Tel est notre bon plaisir.*

Naturalmente ainda, *le roi s'amuse* deu-lhe motivo aos seus motejos algumas vezes. Mas abateu-o, rebaixou-o, enlameou-o como o nosso professor de historia com D. João I, aos olhos dos seus alumnos? De modo algum. Manteve-se na dignidade da sua profissão. Não sahiu fóra dos limites que, a dentro da historia e da liberdade critica, lhe marcavam a verdade e a justiça.

Falando dos caracteres da *Renascença*, exaltou o ideal vida, o ideal prazer, o ideal goso, em face do ideal do Christianismo: resignação, abnegação, soffrimento, purificação e sacrificio. Esqueceu-se de que este é o ideal, — e só isto me dará para um proximo capitulo, — que leva agora a morrer nos campos de batalha, desmentindo-se a si mesmos, como sempre, os proprios anarchistas. Esqueceu-se de que o ideal vida, goso, prazer, produzindo a mais profunda corrupção, como na propria Renascença e o abandono do pensamento, é a morte e não a vida. Mas abocanhou o Christianismo, que na Idade Media dominou o mundo e os espiritos? De modo algum. A mesma reserva e a mesma postura, discreta e digna.

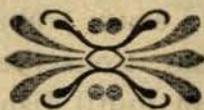
Isso só em Portugal, onde os proprios grandes escriptores vão a cada passo na corrente do desconchavo, da iniquidade e da phatasia.

Oliveira Martins, na sua *Historia de Portugal*, só tem duas palavras para se referir a D. José. São estas, (cito de cór), pouco mais ou menos: «Só agora falo d'elle, para mostrar que não foi ninguem.»

Ah, meus amigos, que ventura, torno a repeti-lo, se a ensinar historia portugueza tivessemos ahi... os extrangeiros!

Mas só agora reparo que deixei no tinteiro o Poinsard e tudo o mais que eu hoje tinha em vista.

Não importa. Nada se perde com a demora. Ficará para outro dia.

Homem Christo

Chronica da semana

POR

JOÃO DO AMARAL

O MEU DIARIO

18 de Março

Foi discretamente versado, entre a *Nação* e o *Nacional,* esse velho e inutil problema da legitimidade dynastica. E aconteceu que a *Nação* houve por bem atirar com o meu pobre nome á cara do *Nacional* e este houve por melhor ainda utilizar-me tambem como argumento *d'auctoridade.* De bom grado perdôo o desacato pela somma de réclamo que auferi.

Todavia a questão é bem clara, foi magistralmente posta por Alberto Monsaraz n'um artigo da *Nação Portugueza,* e eu já a ella me tenho referido de fórma a estabelecer-se nitidamente o meu puro *manuelismo.*

Remontar, no curso dos annos, até á epocha longinqua do *Rei chegou!* para demonstrar qual seja o ramo dos Braganças a que de direito pertence a Corôa de Portugal, é um trabalho fatigante e desnecessario. O collaborador do *Nacional,* snr. Conselheiro Eduardo Burnay, que emprehendeu essa jornada, fez um inutil dispendio de energia e envenenou, com um erro historico já hoje imperdoavel, este bysantino problema.

O Senhor Dom Miguel I foi, na verdade, Monarcha portuguez. Negaram-no durante cem annos os compendios officiaes de historia nacional, com a mesma inconsciencia e espirito de seita com que, amanhã, os historiadores republicanos renegarão a larga obra diplomatica realizada por El-Rei D. Carlos ou o bello programma de organisação operaria elaborado por El-Rei D. Manuel.

Quando o Senhor Dom Miguel chegou a Lisboa no meio da embriaguez do povoléu que se esganiçava a cantar

Venha cá senhor malhado
meta a mão n'esta gaveta:
Diga — viva D. Miguel!
senão quebro-lhe a corneta.

O Rei chegou, o rei chegou!
e em Belem desembarcou...

quando o Senhor Dom Miguel chegou de Vienna, não se tinha ainda esquecido o velho Direito Publico do Reino, segundo o qual só as Côrtes dos Tres Estados possuiam competencia para resolverem as questões de successão. Assim se entendeu nas Côrtes de 1439 quando os Tres Estados annularam as disposições testamentarias do Senhor Rei D. Duarte, no respeitante á regencia durante a menoridade de Seu Filho; assim se fez quando em 1580 se houve de decidir a questão da successão dynastica; assim se procedeu nas Côrtes de 1641 perante as quaes o Senhor Dom João IV appareceu despido de qualquer signal de realeza; e, finalmente, procedeu-se d'esta forma nas Côrtes de 1668 em que foi resolvida a deposição de D. Affonso VI e nas de 1698 escrupulosamente consultadas por D. Pedro II, seu Successor.

Foi, pois, em harmonia com estes principios do nosso Direito Politico que a nobreza, os mesmos pares por D. Pedro IV nomeados, pediram ao Senhor Dom Miguel a convocação das Côrtes geraes para resolverem sobre a questão da legitimidade. Fez-se a convocação; e, em 23 de Junho de 1828, reuniram-se na Ajuda as Côrtes mais numerosas que houve desde o principio da Monarchia. Alli foi o Senhor Dom Miguel indicado como Rei portuguez e como Rei portuguez o acclamaram em 11 de Julho do mesmo anno.

Passaram-se alguns mezes, uma lucta de parentes ensanguentou o paiz e envileceu as almas, e alguns d'aquelles que, três lustros antes, tinham dessentado com o seu sangue heroico as aguias de Napoleão, n'essa guerra de embuscadas morreram e mataram como bandidos. Veiu a revolução, Evora-Monte, D. Miguel partiu para o mais nobre exilio dos ultimos tempos e o Senhor Dom Pedro IV, victorioso, sentou-se e aos seus descendentes no Throno de Portugal.

Desde então para cá, as ligações dynasticas, que tão importante papel desempenham na defeza diplomatica das Nações, o principio da estabilidade governativa em que se funda a hereditariedade do poder real, e o consenso das gerações, a pouco e pouco contribuiram para firmar o

poder nas mãos do ramo brigantino primogénito e fazer do Senhor Dom Manuel, o necessario e legitimo Rei de Portugal. É-o em face do exterior e do interior. E, se a legitimidade do sangue prescreve, a legitimidade do interesse nacional, como escreveu Alberto Monsaraz, — essa, é que não pode nunca prescrever.

Em volta d'esta suprema razão do *interesse nacional*, ha ainda aquelles motivos d'ordem affectiva a que Barrès chamaria *les puissances du sentiment;* muito pezam elles no animo d'um povo que decorou os horrores do miguelismo e bem depressa esqueceu os crimes da conquista liberal.

Não ha, positivamente, razões para querelar em torno d'este assumpto. E o equivoco, á sombra do qual tem vivido o miguelismo, dar-se-ha por insubsistente, no dia em que o Senhor Dom Manuel II, forte da força que a minha geração lhe offerece, quizer restaurar os quadros institucionaes da nossa velha Monarchia representativa e conduzir para o seu curso original as virtudes e mesmo os defeitos da boa raça portugueza.

19 de Março de 1915.

Vão ser adiadas as eleições, diz-se. Protelar d'esta forma a solução do problema politico é radicar na amolecida consciencia do paiz, um equivoco que reputo perigoso. Não espero que a burla do suffragio traga proveitos á vida nacional; mas estou certo de que ella viria definir uma situação e dar á acção monarchica uma finalidade e um criterio.

O gabinete actual compraz-se em fatigar a nossa espectativa benevolente, limitando-se a guardar nas secretarias ministeriaes os problemas que mais importam, como se fosse licito a alguem responder, aos cinco annos de mau governo que temos soffrido, com nove ou dez mezes d'um governo que parece não desejar ser bom nem mau.

Fazer dictadura, — principalmente quando essa dictadura se não limita á ordem politica, como na Monarchia integral, mas affecta a ordem administrativa —, é uma empreza com que não pode toda a gente, ainda quando se apoie na força e no prestigio militar. Sempre que se recorre a um meio tão violento, e se entra assim n'um franco *abuso* do poder, assume-se a responsabilidade de justificar o facto com a realisação d'um vasto e forte programma de governo. O grande peccado da dictadura franquista foi este: custou a vida de dois Reis e deu

ao paiz tres ou quatro decretos que em nada contribuiram para a resolução dos mais instantes problemas.

Respondem-me, certamente, que a dictadura actual apenas intenta solver o problema da Ordem.

Mas resolver o problema da Ordem, nunca consistiu em perseguir e inutilisar meia duzia de desordeiros profissionaes; e, quando fosse apenas isto, eu diria que o general Pimenta de Castro e seus parceiros vão mal guiados e encaram detestavelmente este aspecto policial do problema da Ordem: — porquanto a repressão deverá sempre evitar que se multipliquem inutilmente os odios. Com esta perseguição acintosa, embora justa, aos membros d'um determinado partido, o governo apenas consegue virar a questão do avêsso mantendo no paiz, do mesmo modo, as duas facções — vencedores e vencidos, com a simples differença de que os vencidos d'hoje eram os vencedores d'hontem. Por outro lado, a vingança publica deve ferir os *meneurs*, todos os *meneurs*, mas só elles; e nós sabemos como estão ainda impunes os principaes auctores de tantos crimes e infamias.

Todavia, o problema da Ordem não tem apenas este aspecto policial; entre nós attingiu mesmo uma terrivel complexidade; os factores de desordem não são apenas a inconsciencia ou o banditismo innato dos defensores do regimen. O grande factor da desordem em que vivemos, é toda a obra legislativa da republica.

Trata-se de restabelecer a ordem na sociedade e nas consciencias portuguezas. Quer o governo fazê-lo? Aqui lhe deixo quatro caminhos a seguir, interessando, respectivamente, os quatro problemas — religioso, militar, economico e politico — que se integram no capital problema da Ordem.

Sob o ponto de vista religioso deveria o governo revogar a lei da Separação, ou pelo menos modifica-la, não de forma a sujeitar os interesses da Egreja aos interesses da Republica, mas sim de maneira a harmonisar os interesses do Catholicismo com os interesses da Patria.

Sob o ponto de vista militar, deveria o governo restabelecer o exercito de *métier*, signal vivo da nossa força e da nossa unidade, exercito tão numeroso e exercitado quanto possivel. Porque o governo deve saber, ou pelo menos fica sabendo que o principio da divisão do trabalho condemna o systhema democratico da nação armada, fundado theoricamente, n'um grave erro historico que já n'esta revista foi invocado e que se refere aos voluntarios de 1792.

Sob o ponto de vista economico, deveria o governo rever e modifi-

car todas as leis com que a republica onerou a propriedade e a industria nacionaes, e aquellas com que se abriu á agiotagem e á industria extrangeiras as portas do nosso territorio, principalmente as do nosso territorio ultramarino. Outrosim, o governo auxiliaria e fomentaria ao contrario do que têm feito os seus antecessores, a organisação do operariado portuguez que é a grande força productora da riqueza nacional. Deveria ainda tentar a descentralisação administrativa, arrancando a administração do paiz ao *contrôle* revolucionario do Parlamento e á somnolenta rotina da burocracia.

Finalmente, quanto ao aspecto politico do problema da Ordem, e desde que o governo deseja consultar as urnas, ser-lhe-ia necessario rodear essa consulta de todas as garantias que lhe podessem dar uma apparencia de eleição *definitiva*. Para issso, o voto deveria ser dado a toda a gente e toda a gente obrigada a fazer uso d'elle.

*

Estou certo de que o governo não pensa em seguir nenhum dos quatro caminhos que lhe apontei. Em que pensa, pois, o governo? — Segundo me consta, em ganhar as eleições.

Disse-se em tempos que o actual ministerio recebera da tropa o mandato imperativo de não fazer politica e limitar a sua acção a uma honesta obra de apaziguamento. Se assim é, conhecidas as *démarches* encetadas pelo ministro da justiça no intento de assegurar o triumpho eleitoral a deputados governamentaes, poderemos affirmar cathegoricamente que o general Pimenta de Castro e os outros ministros trahiram a sua missão.

Eu não me indigno; acho natural, acho humano e logico.

O governo soffre a lei a que estão sugeitos todos os detentores do poder republicano. E' uma lei de defeza e de conservação. Não ha que fugir-lhe. Dependendo do suffragio a posse dos sellos do Estado, o ministerio trata de montar a machina eleitoral para se munir contra os seus competidores: é o trabalho de defeza. Amanhã, ganhas as eleições, terá o ministerio de fazer frente á analyse anarchica do parlamento, sujeitar todos os seus passos a discussões interminaveis e trazer bem *alimentada* a maioria para que ella lhe não falte com o voto: será o trabalho da conservação.

E, entretanto, bem firme o governo nas cadeiras do poder, e bem amarrada a republica ás argolas do Terreiro do Paço, — todas as questões que directamente interessam á defeza e á conservação da Patria, agravadas pelo tempo e pelos novos erros que o tempo trará, permanecerão no

estado de quasi insolvencia em que ha cinco annos entraram. Nunca tive illusões sobre o que já se chamou a *missão providencial* do gabinete Pimenta de Castro. Podia tel-as sobre o exercito. Mas este soffreu a dura provação democratica por effeito da qual todas as classes tendem a desagregar-se e a constituir-se em multidão. Ora a multidão é feminina, diz Le Bon. E a gente sabe que —

Souvent femme varie,
bien fol est qui s'y fie...

22 de Março.

Aconselho a Lord Henry, collaborador da *Ideia Nacional* e auctor do artigo publicado no 2.º numero d'esta revista sob o titulo *Regimens Politicos,* a leitura dos commentarios que fiz, no *Aqui d'El-Rei!...*, a uma carta do Snr. Dr. Alfredo Pimenta. Espero que depois d'essa leitura, Lord Henry não tornará a falar na equivalencia theorica dos regimens politicos, a não ser que, para defender a sua these, possua argumentos que faltaram áquelle meu illuste amigo no momento da nossa controversia.

Tenho a certeza de que o nome do Snr. Dr. Alfredo Pimenta, collaborador d'um jornal republicano, já hoje não subscreveria um trecho de prosa onde se contivesse a affirmação de que republica e monarchia teem um valor theorico egual.

Senão leia-se a magnifica conferencia que fez ha dias na Liga Naval de Lisboa. O Snr. Dr. Alfredo Pimenta absteve-se, na verdade, de confrontar os dois regimens politicos; nem fôra alli com esse fim. Mas fazendo uma brilhante condemnação da revolução e da democracia, implicitamente affirmou a superioridade do systema que estas duas catastrophes vieram substituir. Em contrario dos regimens revolucionarios democraticos, só se conhece, como solução estavel e scientifica do problema politico, — o regimen monarchico que nós defendemos. Lord Henry, collaborador d'uma revista monarchica, deveria sabel-o; e não deveria sujeitar-se a que um republicano, como o Snr. Dr. Alfredo Pimenta se proclama, lh'o viesse publicamente ensinar.

João do Amaral

Questões Internacionaes

POR

G. JEAN AUBRY

A IX Cruzada

Um d'estes dias veiu dizer-me adeus um rapaz meu amigo que partia para Constantinopla. Estranho destino que faz como que um soldado desejoso de combater a Allemanha nas margens do Rheno, parta a combater os infieis no outro extremo do Mediterraneo! Apezar d'isso o meu amigo foi contente, encantado com tantas perspectivas heroicas e pittorescas e n'este simples soldado revivia verdadeiramente o espirito dos antigos senhores francezes, que fizeram as lendarias cruzadas para a libertação do Santo Sepulchro.

Quando, ha cerca de oitocentos annos, *Pierre l'Ermite* e *Gautier sans avoir* arrastaram com elles os paladinos do christianismo, não deviam ir mais orgulhosos e animados de maior enthusiasmo do que o meu joven amigo, simples soldado do *train des équipages*. Toda a grandeza dos duzentos annos de combates, de triumphos e de desastres que foram as oito cruzadas, revivia no espirito do meu interlocutor e no meu, augmentada pelas nossas recordações historicas sobre os corsarios barbaros e a campanha de Bonaparte no Egypto e na Syria, cujas narrativas e imagens povoaram a nossa infancia avida de saber e suggestionam ainda obstinadamente a nossa memoria.

A França retoma a orientação que durante muito tempo a fez dirigir as suas vistas para a extremidade do Mediterraneo e lhe conservou, com a sympathia do Turco, a protecção dos povos da Syria e do Libano. As manobras perfidas e megalomanas da Allemanha, as suas intrigas em Constantinopla, a sua cubiça em Bagdad, comprometteram uma influencia historica exercida sem violencia, respeitadora dos costumes e que levava até ao coração da Asia a doçura eloquente da nossa civilização do occidente.

A Allemanha arrasta assim para o abysmo os dois imperios que acreditaram na solidez da sua grandeza e modifica completamente a orientação da diplomacia europeia.

Durante muito tempo, desde que Metternich e Talleyrand regularam os conflictos europeus, julgou-se necessaria á manutenção da paz, a existencia dos imperios turco e austro-hungaro.

Hoje prova-se o erro d'esta obstinação das diplomacias intrigantes e revela-se claramente a instabilidade d'estes dois imperios arbitrarios, origem constante de perturbações, eterna ameaça de agitações de toda a ordem, estabelecidos sobre o principio do desprezo das nacionalidades, vivendo do arbitrio e da violencia infelizmente necessarios: castellos de cartas consolidados por prudencias excessivas e muitas vezes culpadas e que o vento d'esta gigantesca guerra arrasta como as folhas do poeta latino «ludibrias ventis».

Depois de ter lançado uma contra a outra, durante seculos, as civilizações e as religiões do oriente e do occidente, Byzancio, a antiga metropole do mundo mediterraneo, provocava surdos conflictos entre as ambições dos Tzars e o Imperio Britannico. Hoje, graças á intervenção da França, a Russia e a Inglaterra harmonisaram os seus interesses na questão de Constantinopla. Vêr assim resolvida esta questão do Oriente cujas cinzas constantemente agitadas *não teem* cessado de ameaçar a paz europeia, é um dos acontecimentos mais surprehendentes d'esta guerra formidavel.

Na ultima edição do pequeno diccionario Larousse lê-se: «A constituição em principados independentes das principaes raças que vivem na peninsula balkanica, fizeram perder á questão do Oriente uma parte da sua antiga gravidade e as grandes potencias, afim de evitarem os terriveis conflictos que poderiam resultar d'uma partilha, parecem ter-se posto de accordo para salvaguardar a integridade do imperio do Sultão».

A guerra actual prova uma vez mais que nada na evolução humana pode impedir as soluções naturaes e que as habilidades diplomaticas não fazem senão demorar os desenlaces que a logica impõe.

Naturalmente a opinião publica franceza interessa-se mais pelo lado immediato da questão formidavel actualmente posta e em via de solução: as suas attenções dirigem-se sobretudo para a guerra de *révanche* travada entre a França e a Allemanha e para a questão palpitante da Alsacia-Lorena. Mas isto é apenas um capitulo do romance tragico que actualmente o Destino vae escrevendo dia a dia.

Sahida da questão do Oriente, a guerra actual fecha o circulo com

a expedição dos Dardanellos e todo este movimento de potencias alliadas contra os vestigios ottomanos.

E' preciso ser muito pouco intelligente para não ver no conflicto austro-servio senão uma questão de amor proprio e de revindicações relativas ao regicidio de Seravejo; isto foi apenas uma fagulha; o brazeiro ardia ha muito tempo. Os successos balkanicos dos gregos e dos servios, augmentando a força e o prestigio de Belgrado e de Athenas impediam definitivamente o accesso dos austro-allemães na Asia.

Incitada por Berlim que comprehendia intelligentemente todos os beneficios que lhe adviriam d'esse facto, a Austria desejava ardentemente estabelecer-se em Salonica, e sabendo que nada podia esperar do slavismo dos servios procurava obter a supremacia nos Balkans por meio d'uma alliança com a Bulgaria.

Assim, por Salonica e Sofia, certa do apoio do Sultão, senhora das vias ferreas da Asia Menor, a Allemanha teria contrariado os desejos russos em Byzancio, mantido em respeito as aspirações servias, anniquilado as ambições commerciaes da Grecia, destruido a influencia franceza na Syria e ameaçado nas margens do golfo Persico, em Bassorah, o imperio inglez da India e as suas ambições na Mesopotamia. A empreza era vasta; lançou-a por terra uma confiança excessiva nos privilegios da Força.

Entre o Danubio e o Euphrate estava a chave da paz europeia; a historia renova-se com mais precisão do que se julga. E' ainda em volta de Constantinopla que se está travando a lucta que deve assegurar o triumpho do espirito greco-latino sobre a violencia barbara. E era bem para a nona cruzada que partia hontem o meu joven soldado francez, sorridente e orgulhoso ao recordar longinquas e historicas cavalgadas!

Factos e Criticas

Manuelismo, Miguelismo e Integralismo

Entre os collaboradores effectivos d'*A Ideia Nacional* figura o nome de João do Amaral, director d'*A Patria Nova*, espirito dos mais cultos e escriptor brilhantissimo. João do Amaral foi o nosso principal collaborador n'*A Restauração*, onde escreveu artigos que *marcaram*, como *A morte do Papa*, *Ceuta*, *Aljubarrota*, *Carta d'um velho a um novo* e tantos outros que dá prazer recordar, tão elevado era o pensamento que os inspirava e tão modelar a prosa em que foram esculpidos.

A primeira chronica do illustre director d'*A Patria Nova*, publicada n'*A Ideia Nacional* de sabbado passado, valeu ao seu auctor e a esta revista os mais merecidos elogios que agradecemos muito penhorados.

Agora, posta a questão do *Miguelismo*, *Manuelismo* e *Integralismo* e tendo sido o nome de João do Amaral envolvido na contenda, ninguem nos pareceu mais auctorisado para tratar este assumpto com a liberdade de que goza n'esta Revista, do que aquelle nosso querido amigo, um dos membros mais illustres do *integralismo lusitano*.

Publicaremos pois, no proximo numero um artigo sobre este assumpto, que não deixará de conter interessantissimas affirmações.

A demissão de Derouet

Ha muitos dias que corria o boato da proxima demissão do snr. Luiz Derouet, administrador da Imprensa Nacional. Esse boato foi varias vezes desmentido, mas finalmente confirmado com o decreto publicado na passada segunda-feira na folha official.

Derouet ficou zangadissimo e botou epistola ao presidente da Republica no orgão do partido dos escandalos. No dia immediato esta gazeta vinha ainda mais furiosa e publicava uma photographia do snr. Manuel de Arriaga abraçando cordealmente o inclito varão que secretaria *O Mundo*. Todos os magnates do democratismo, todos os membros da *formiga* foram cumprimentar o funccionario demittido e todas as folhas da grey, d'um extremo ao outro do paiz, vociferam contra o presidente do governo que teve a *audacia* de pôr no meio da rua um cavalheiro que além de commetter na Imprensa Nacional as mais espantosas arbitrariedades, de ser absolutamente incompetente para o exercicio de tal cargo, combatia violentamente o governo, ameaçava o presidente do Conselho e o Presidente da Republica das mais terriveis represalias e obrigava o snr. Pimenta de Castro a lêr, antes de ser posto em circulação, *O Diario do Governo*, não fosse Derouet fazer-lhe alguma partida.

E é este mesmo bando, que no dia seguinte ao da proclamação da Republica e durante quatro annos consecutivos, não cessou de mover as mais atrozes perseguições a todos os funccionarios publicos que não eram do seu agrado, que hoje se atreve a levantar uma campanha feroz contra o governo, porque este demittiu um seu inimigo declarado!

Já é descaramento!

Rocha Martins

Mais um nome illustre, o do nosso presado amigo snr. Rocha Martins, director do *Jornal da Noite*, vem juntarse á pleiade de brilhantissimos escriptores que constituem o corpo redactorial d'*A Ideia Nacional*.

Não precisam os leitores que encareçamos a alta importancia d'este facto. Rocha Martins é um dos escriptores mais brilhantes do partido monarchico, um dos luctadores mais intrepidos da nossa Causa. Annunciar a sua collaboração n'esta Revista é annunciar um melhoramento que os leitores saberão apreciar e agradecer, é annunciar desde já paginas de prosa vigorosa e elegante como só Rocha Martins as sabe escrever.

Uma adhesão á Causa Monarchica

O nosso prezado collega *Jornal da Noite* publicou na passada quarta feira a seguinte carta de adhesão á Causa Monarchica, que muito honra quem a escreveu, e nós reproduzimos com prazer:

Ex.mo Snr. Director do *Jornal da Noite:*

Por motivos estranhos á minha vontade, não foi publicada no anno passado, uma carta minha de adhesão á Causa Monarchica.

Mexendo ha dias em papeis, tive a grande alegria de encontrar a sua copia que julgava perdida.

Peço-lhe o obsequio da sua publicação, tal qual a escrevi, visto nem os factos nem as idéas mudarem e antes pelo contrario reforçarem as minhas crenças e opiniões.

Agradece-lhe antecipadamente este obsequio, o

De V. Ex.ª

Muito Att.o Ven. Obrg.

Weles de Oliveira.

Casa de V. Ex.a, 22 de março de 1915.

Ex.mo Snr. director do *Diario da Manhã* — Após longa e demorada lucta entre o sentimento e a razão, pesada e medida, consciente e livremente, movido exclusivamente por intuitos nobres e absolutamente desinteressados, tomei por fim a resolução da minha publica profissão de fé e adhesão á Causa Monarchica — que não ganhando um politico, ganha, no emtanto, mais um modesto homem de bem nas suas fileiras — e ao seu jornal venho pedir o obsequio d'essa publicidade.

Vae já para tres longos annos que, depois de toda uma vida de lucta, se póde dizer, em pról da republica, desde os bancos da escola — e remonta já a 1900 a minha formatura — até mais ou menos a terminação do primeiro anno da sua existencia effectiva como meio de governo d'esta infeliz Patria; vae já para tres longos annos, dizia eu, que me affastei da vida politica tristemente desilludido, tendo-lhe feito durante annos e annos consecutivos o sacrificio do socego e bem estar e do futuro meu e dos meus, da minha vida, de tudo, em summa, que representa valor n'um desinteresse egualado, mas não excedido, e resolvido a, no emtanto, morrer fiel ao credo em que nascera, se póde dizer, pois que meu pae fôra sincero republicano, bem que quasi sempre alheio ás luctas politicas, até poucos tempos antes de fallecer em que as crenças politicas de toda uma vida nobre e impoluta começaram perante os factos a ser de grande golpeadas, e se para uma adhesão franca á causa monarchica não dava ainda a desillusão, dava, no emtanto, para uma marcada sympathia.

N'estes tres longos annos, tenho do meu 5.o andar — reconstruindo toda uma vida e creando uma situação propria e independente — assistido a tudo, tudo visto, meditado e ponderado n'um alheamento, tanto quanto possivel, completo de todas as paixões politicas e a convicção fez-se-me firme que fóra da monarchia não ha salvação possive a este desgraçado povo portuguez!

Calar e reservar tal convicção seria a ultima das cobardias, porque não a ha maior do que a moral, mórmente em quem, como eu, já teve ou desempenhou funcção publica na sua terra!

Perante a Patria em perigo cessam todas as hesitações, todos os commodismos, todas as fraquezas!

É tempo de todos os homens de bem, de todos os que teem prestigio, quer o que irradia do caracter, quer o da intelligencia, de todos os que querem viver e morrer portuguezes, de todos os portuguezes em summa, se pronunciarem abertamente e de se volverem para a Bandeira azul e branca das quinas da Amada Patria Portugueza, tradiccionalmente monarchica e representada por Sua Magestade o Senhor D. Manuel II — a quem presto o preito e a homenagem do meu mais alto respeito pelas suas altas virtudes e intelligencia — e de, cerrando fileiras, pensarem unica e exclusivamente em salvar a sua Patria!

Portugal só tem uma forma de poder continuar a existir independente e livre e essa fórma é sob a Monarchia!

E quanto antes! Prolongar a vida da republica é a morte inevitavel!

Justificar! Para quê? Se é evidente como a propria verdade! Repisar o que já está brilhantemente dito, provado e ultra-provado? Não, da minha bôcca, pelo menos, porque d'ahi só adviriam retaliações e não serei eu quem provoque, ainda que não seja senãopara obedecer ao nobre sentimento da saudade pelos que deixei persistindo em erro, alguns companheiros sinceros de nobres aspirações e de annos de lucta por um ideal utopico que a nossa mente de eternos

sonhadores e visionarios fazia viver como compativel com a realidade.

Que muitos d'esses leaes e sinceros companheiros o venham a ser tambem n'esta jornada para a salvação da Patria é o que ardentemente deseja

O novo correligionario

De v. ex.ª

Muito att.º ven.º obg.º

Weiss de Oliveira.

O snr. dr. Weiss de Oliveira que hoje dá publicamente a sua adhesão á causa monarchica, foi realmente um convicto republicano que durante annos tudo sacrificou ao que elle julgava ingenuamente ser o bem da sua Patria. O seu gesto de hoje não nos surprehende. De ha muito que o esperavamos, desde o dia em que soubemos a modificação que se estava operando no espirito de Sua Ex.ª, pois tinhamos a certeza de que o illustre clinico seria incapaz de trahir a sua consciencia, mantendo-se ligado a um partido em cujos principios elle já não commungava e com cujos crimes elle não podia solidarisar-se. E' caso para felicitarmos o snr. dr. Weiss de Oliveira e para nos felicitarmos.

Affonso Romano

Terminou o julgamento de Affonso Romano e dos seus companheiros de carcere. Affonso Romano foi condemnado a dez mezes de prisão, sendo-lhe descontado o tempo que passou no Limoeiro á espera de julgamento. Restam-lhe pois mais cinco mezes de captiveiro. Os seus camaradas, presos, como elle, na redacção d'*A Restauração*, na noite de 20 para 21 de outubro, no momento em que defendiam o nosso jornal do assalto da cambada democratica, já foram postos em liberdade.

Para todos vão os nossos cumprimentos de affectuosa gratidão. Todos cumpriram nobremente o seu dever, provando a lealdade, a dedicação e a valentia que d'elles esperavamos. Uma vez presos — essa foi uma das maiores infamias que tem praticado o snr. Bernardino Machado — procuramos mostrar-lhes que os não esqueciamos e por elles fizemos tudo o que as nossas forças permittiam; elles bem sabem que tudo o que fizemos nada é comparado com o que elles por nós fizeram.

Affonso Romano, especialmente, foi d'uma dedicação sem limites. Altissimos serviços lhe deve a causa monarchica. Para elle vae toda a nossa sympathia e d'aqui lhe enviamos um grande abraço de affectuosa solidariedade.

Um paspalhão

Quando se fundou *A Ideia Nacional* precisava-se d'alguem que fizesse para cada numero d'esta revista um resumo dos acontecimentos da semana. Um amigo que trabalha comnosco lembrou-nos o nome d'um tal Affonso Gayo, que vegeta ahi pelos cafés, para esse serviço. Essa pessoa insistiu mesmo para que ajudassemos a creatura, acceitando-lhe a collaboração. Accedemos ao pedido do nosso amigo e auctorisamo-lo a que falasse ao referido cavalheiro. Assim foi. O cavalheiro escreveu. Mas antes de mandar o artigo o cavalheiro pediu... não diremos o que o cavalheiro pediu. Satisfez-se-lhe o desejo. Veiu segundo artigo e acompanhando este uma carta em que o cavalheiro novamente pedia... não diremos ainda o que elle pedia. Como se lhe não tivesse desde logo feito a vontade o cavalheiro mandou uma carta malcreada. Achando irritantes a exigencia e a insolita má-creação, escrevemos-lhe directamente a dizer que não estando taes processos em uso n'esta revista nem em nenhuma outra, nacional ou extrangeira, lamentavamos não poder servi-lo e prescindiamos da sua collaboração que só a pedido de terceira pessoa lhe tinha sido permittida.

O tal senhor Affonso Gayo escreve-nos agora em termos menos correctos.

Que dizem os leitores á audacia d'este arrieiro?

Uma conferencia

Tem-se levantado grande discussão em volta d'uma conferencia que o snr. dr. Alfredo Pimenta, realisou ha dias na Liga Naval.

Nós temos a honra de sermos amigo pessoal do illustre membro do partido evolucionista e porisso podemos, sem que elle no-lo leve a mal, discordar de muitas das affirmações que elle fez n'essa conferencia. Mas não é agora o momento de as discutir nem é esse o nosso fim ao falar n'este assumpto. Queremos apenas frisar o silencio quasi absoluto d'*A Republica*, de que é redactor o snr. Alfredo Pimenta, sobre a sua conferencia da Liga Naval, e o contraste entre esta attitude e a nossa, a dos nossos collegas da imprensa monarchica, que todos se referiram nos termos mais elogiosos ao talentoso jornalista republicano.

Dizia o *Jornal de Noticias* que o snr. Antonio José d'Almeida lamentara que o snr. dr. Alfredo Pimenta tivesse ido fallar á Liga Naval, onde só estavam, diz o telegramma, monarchicos e um unico evolucionista, o snr. coronel Manoel Maria Coelho.

Ora ha muito tempo que nós sustentamos que a permanencia de Alfredo Pimenta no partido republicano é um contra-senso. Um homem do seu valor intellectual e moral, um homem da sua educação, um homem da sua cultura não pode estar ao lado do França Borges, do snr. Feio Terenas ou mesmo do snr. Antonio José d'Almeida.

Mas, emfim, está recebendo o justo castigo da sua excessiva dedicação pelo chefe do evolucionismo.

Imprensa

Aos nossos presados collegas da provincia que se referiram em termos amabilissimos e immerecidos ao apparecimento d'*A Ideia Nacional* e ao seu director, especialmente ao nosso intemerato collega *Commercio de Guimarães*, muito agradecemos a sua captivante gentileza.

«Contemporanea»

Já temos em nosso poder o programma d'esta revista, editado n'um elegantissimo folheto de seis paginas em que se nota logo, desde a escolha da capa até á côr do papel e dos caracteres typographicos, o gosto requintado do finissimo artista que é José Pacheco.

Estamos tão pouco acostumados a vêr em Portugal coisas feitas com arte, tão pouco habituados a encontrar entre nós homens de gosto e o nosso espirito sente uma necessidade tão imperiosa d'uma atmosphera de elegancia, na qual possa respirar e manifestar-se, que saudamos com verdadeiro alvoroço o proximo apparecimento da *Contemporanea*, que será sem duvida uma obra prima desde que é José Pacheco o seu director artistico.

Confessamos, sem desprimor para ninguem, que não ousariamos annunciar em termos tão cathegoricos, o successo artistico da *Contemporanea* se lá não estivesse José Pacheco. Não o dizemos por amizade, dizemo-lo por convicção. Estamos tão fartos de vêr e ouvir proclamar obras primas tão tremendas borracheiras, tem sido tantas as nossas desillusões que já não acreditamos em ninguem. Mas o fundador e director artistico da *Contemporanea* conhecemo-lo a fundo, sabemos as suas qualidades, temos podido apreciar a sua singularissima imaginação e o seu elevado criterio artistico, vimo-lo trabalhar em Paris onde foi impregnar-se de arte e por isso respondemos pela sua obra.

Pobre da *Contemporanea* no dia em que José Pacheco a abandonasse!

O aspecto do programma que recebemos é explendido. A capa em papel negro com impressão a vermelho é original e dá uma impressão muito agradavel. O papel do texto em *crême* com impressão egualmente a vermelho tambem é bonito. Foi feliz a escolha dos caracteres, a disposição do texto e a redacção nada deixa a desejar.

Composto e impresso na Typographia de MANUEL CHRISTO — Rua de Arnellas — AVEIRO. — —